



# De volta para o passado: territorialização e 'contraterritorialização' na história karitiana<sup>1</sup>

Felipe Ferreira Vander Velden

Professor do Departamento de Antropologia – IFCH (Unicamp)

Campinas, SP, Brasil

[fvander@unicamp.br](mailto:fvander@unicamp.br)

## Resumo

Este artigo analisa dois momentos da história karitiana, grupo Tupi-Arikém em Rondônia: primeiro, o processo de territorialização que submeteu o grupo e determinou sua localização geográfica e identificação étnica desde o início do século XX; em seguida, explora os movimentos de 'contraterritorialização' que, na última década, vêm levando os Karitiana a contestarem sua espacialização e identificação compulsórias, por meio da reocupação de territórios, que acabam por se converter também em retomadas do tempo, em uma volta ao passado glorioso destruído pelo aparecimento dos brancos.

**Palavras-chave:** territorialização, geografia, história, Rondônia, Karitiana.

O ESTUDO DOS *processos de territorialização* busca compreender de que formas uma comunidade é associada – por força de atos emanados dos centros de poder político – a certos limites geográficos bem delimitados e determinados, que passam a marcar inextricavelmente as noções geográficas e o uso do espaço, para as mais diversas atividades, por parte dessas unidades sociais (Oliveira, 1998a e 1998b; Salomon, Silva & Rocha, 2005). Processos dessa natureza marcam a história das sociedades indígenas no Brasil – aliás, operam na constituição dessas próprias coletividades como objetos-alvo das políticas públicas – em sua relação com o Estado nacional e outras estruturas burocráticas, ao incluírem paulatinamente esses povos na trajetória da ocupação do território.

Não obstante, as sociedades indígenas também incorporam esses processos de encapsulamento territorial, fazendo deles algo que deve ser analisado com base em suas próprias perspectivas: “o que a história fez desses povos é inseparável do que esses povos fizeram da história. Fizeram-na, antes de mais nada, sua” (Viveiros de Castro, 1999, p. 165). Neste trabalho busco compreender os modos como os Karitiana foram atingidos e 'capturados' pelo processo de ocupação de seu território tradicional. Além disso, procuro explorar as reflexões indígenas sobre esse histórico de radical reordenação do espaço regional. Apresento as estratégias que o grupo elabora para transcender as dificuldades advindas do processo de territorialização, calcadas, atualmente, em um movimento ativo de reocupação de áreas consideradas pelo grupo como seu território ancestral – que ficaram fora da demarcação da Terra Indígena Karitiana –, que denomino processo de *contraterritorialização*. Argumento, por fim, que a luta pela retomada dessas terras fundamenta-se por

---

<sup>1</sup> Este artigo beneficiou-se da leitura de Íris Morais Araújo.

uma espécie de retorno ao passado (que os Karitiana designam, em português, com a fórmula “era tempo”), que, conquanto eivado de descompassos, pode ser lido na própria geografia regional.

Os Karitiana – falantes de uma língua do tronco Tupi, única representante da família Arikém – são aproximadamente 350 indivíduos, que vivem em três aldeias, uma delas – Kyōwã (também chamada de aldeia central), a maior e mais antiga – localizada no interior da T.I. Karitiana, e as outras duas recentemente fundadas, sobre as quais falaremos adiante. Várias famílias residem, ainda, nas cidades rondonienses de Porto Velho e Cacoal. Minha pesquisa de campo entre os Karitiana totalizou um ano, em três períodos, entre 2003 e 2009.

## História e territorialização

Os Karitiana – ou, melhor dizendo, povo(s) de língua tupi-arikém – são considerados como habitando os vales dos rios Jaci-Paraná, Candeias e Jamari, na região do alto rio Madeira, desde pelo menos o final do século XIX. Este é considerado pelos Karitiana atuais como seu território tradicional, e é onde o etnônimo Karititiana (“Caritianas”) é registrado na literatura pela primeira vez, por Rondon, em 1907 (Rondon, 1907, p. 329), que informa já estarem os índios trabalhando para caucheiros de origem boliviana que ocupam essa região a partir de meados de 1860. Depois disso, em 1909, um ataque à expedição exploratória do rio Jaci-Paraná – que era parte dos esforços da Comissão Rondon para mapear a região ainda extensamente desconhecida – é atribuído aos Karitiana (Pinheiro, 1910, p. 9), que entram, de vez, no rol das preocupações do indigenismo nacional, embora ainda permaneçam, formalmente, sem contato com agentes do SPI ou missionários. Por essa mesma época, nos primórdios do século XX, os Arikême (Arikém) – outro povo conhecido falante de uma língua tupi-arikém – já estavam sofrendo os impactos brutais das empresas seringalistas no rio Jamari e mantinham contato estreito com os brancos (Rondon, 1922).

Depois disso, os Karitiana desaparecem dos registros documentais até o final dos anos 50,<sup>2</sup> quando dois homens – o famoso líder Antônio Moraes e seu

filho, José Pereira (este ainda vivo) – foram batizados em Porto Velho em 1957; em 1958, uma maloca karitiana situada na localidade de Limoeiro, às margens do alto rio Candeias, recebe a visita de três missionários salesianos, que produzem os primeiros dados etnográficos do grupo (Hugo, 1959, p. 259-261). A referência ao fato de que os índios solicitavam, há algum tempo, a presença dos religiosos sugere que os Karitiana não se furtaram ao contato, mantendo-se presos aos seringais que então se alastravam pela região dos tributários do alto Madeira. Pelo menos um dos grupos Karitiana, porque é muito provável que, no período entre as referências da Comissão Rondon e aquelas dos salesianos (e talvez mesmo antes disso), os Tupi-Arikém tivessem se dividido em pelo menos dois grupos (talvez outros) com disposições diferentes diante do contato e que perambulavam pela extensa área que consideravam seu território ancestral.

A morte de Moraes na aldeia do rio Candeias levou os Karitiana ali residentes a se afastarem para o oeste, ocasião em que descobrem um grupo denominado Juari (ou Joari)<sup>3</sup> e acabam por se fundirem a eles (Moser, 1993; Lúcio, 1998). Os Juari habitavam as margens do igarapé Sapoti, afluente do rio das Garças, exatamente o território coberto pela demarcação da Terra Indígena Karitiana. De acordo com meus informantes, os Juari falavam a mesma língua dos Karitiana, com pequena variação dialetal, o que teria permitido o entendimento entre os dois grupos: “era o mesmo que Karitiana, fugidos” (Antônio Paulo). Embora as razões para a permanência do etnônimo Karitiana não sejam explicitadas pelo grupo – a própria denominação tem origem desconhecida –, é plausível supor que tenha havido certa preponderância política dos homens conhecidos como Karitiana: além de já serem assim conhecidos pelos brancos (com quem mantinham contatos há décadas), os Karitiana atuais afirmam que os Juari não tinham mais mulheres, estando à época no limiar da extinção; fornecedores de mulheres, os Karitiana teriam se tornado, pois, credores dos Juari, estabelecendo-se uma relação sogros–genros em escala grupal que desfavorecia politicamente estes últimos.

Na região do alto rio das Garças, os Karitiana são alcançados pelos funcionários do SPI em algum momento entre 1965 e 1967 (Monteiro, 1984, p. 42-50). Ali estabelecidos em uma única aldeia – a população atinge seu nadir demográfico: 45 pessoas em 1967

<sup>2</sup> Existe a fotografia, tirada em 1912 ou 1913, pela expedição Carlos Chagas à Amazônia, cuja legenda traz a seguinte inserção: “Caritiana [sic] – Rio Jamary – 16 anos”. A foto destinou-se, provavelmente, a ilustrar a deformação craniana então praticada pelo grupo, hoje abandonada. Lamentavelmente, se havia um texto acompanhando a fotografia, este se perdeu (Mendonça de Souza, 1994). A sucinta legenda, contudo, indica que possivelmente um grupo Karitiana estava vivendo no rio Jamari no início dos anos de 1910, provavelmente trabalhando em seringal. De acordo com os relatos dos Karitiana atuais – que identificam o sujeito retratado como João Capitão, pai de Antônio Moraes –, é plausível sugerir que se trataria do grupo que habitava as margens do Candeias cerca de 40 anos depois.

<sup>3</sup> A literatura referia-se a esse grupo como Capivari ou Kapivari, mas esta denominação é recusada atualmente pelos Karitiana.

(Kietzman, 1967, p. 19) –, os Karitiana acompanham a demarcação de uma área indígena (a Terra Indígena Karitiana), cuja homologação foi concluída em 1986. Mas sem nunca deixar de observar que aquele era território dos Juari, e de lamentar que seu território tradicional, no vale do Candeias, fora desconsiderado pelo trabalho dos técnicos do órgão indigenista, ficando de fora da área para eles reservada.

Sigo empregando o etnônimo Karitiana porque ele foi atribuído ao grupo (ou grupos) de língua arikém desde pelo menos o início do século XX. De fato, a literatura ignorou a existência dos Juari até que os próprios Karitiana mencionassem sua existência. Não obstante o fato de que se tratava, provavelmente, de um grupo de parentes apartados pela violência do contato, os Karitiana atuais reconhecem-se como a fusão de dois grupos minimamente distintos e, embora seja algo incômodo, continuaram a marcar a diferença, apontando com segurança aqueles que, com o grupo unificado, eram Karitiana ou Juari. Do ponto de vista étnico, portanto, o processo de territorialização acabou por fundir dois grupos considerados distintos sob a ótica nativa, ocultando um deles e adotando a denominação atribuída ao outro, mesmo que de origem desconhecida e certamente não autoaplicada.<sup>4</sup>

## A nova geografia do contato

A Terra Indígena Karitiana tem praticamente o formato de um quadrilátero com 89.682,1380 hectares de superfície e 124.607,79 metros de perímetro. Está integralmente situada no município de Porto Velho, capital de Rondônia, no norte do estado. A principal aldeia karitiana – Kyōwã, “aldeia criança” ou “aldeia nova” – localiza-se no centro-norte do território. Uma única estrada dá acesso à aldeia, a aproximadamente cem quilômetros da capital rondoniense: metade pelo asfalto da BR-364, sentido Rio Branco-AC, e outra metade por uma estrada de terra razoavelmente conservada que, deixando a rodovia no ramal Maria Conga, atravessa fazendas que limitam ao norte a terra indígena e penetra a floresta até atingir a aldeia pelo oeste dela. O sítio onde está Kyōwã, ao que parece, vem sendo continuamente habitado pelos Karitiana há pelo menos 30 anos. Parte dessa imobilização deveu-se ao fato de que, rapidamente, o SPI e logo depois a Funai (além de outras instituições) iniciaram a instalação de estruturas pe-  
renes na aldeia: posto indígena, escola, posto de saúde, casa do rádio, poços artesianos. Muitas famílias

karitiana levantaram residências de alvenaria, e não há intenção – e nem possibilidade, creio – de que a aldeia seja transferida de sua localização atual.

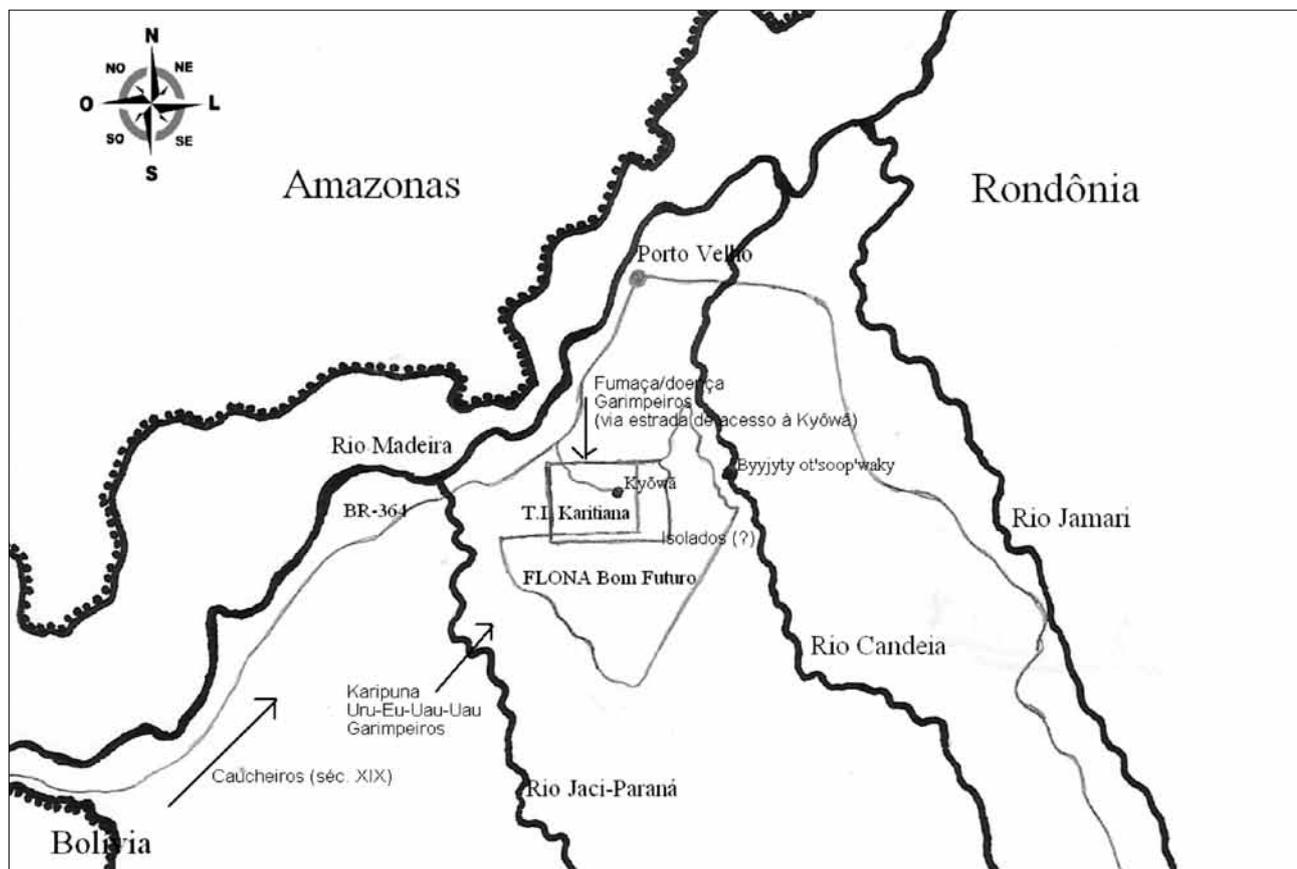
A concentração dos Karitiana – ou, do grupo assim chamado, resultado do amálgama entre Karitiana e Juari – na aldeia Kyōwã e na Terra Indígena Karitiana foi (e vem sendo) avaliada pelos índios de acordo com sua percepção da história regional e do universo de relações que enfrentam desde o final dos anos de 1960 até hoje. Analisar o modo como os Karitiana percebem espacialmente sua inserção na geografia da região norte de Rondônia auxilia-nos a entender vários aspectos do fluxo histórico local, bem como as maneiras com as quais o grupo lidou com as amplas transformações em seu universo social e cosmológico. Vejamos o Mapa I.

Os Karitiana foram confinados entre os vales dos rios Jaci-Paraná (a oeste) e Candeias (a leste) por força de duas frentes de penetração. Primeiro, a dos caucheiros bolivianos, que penetram na região a partir da segunda metade do século XIX (Meireles, 1984; Moser, 1993). Depois, aquela aberta com a construção da linha telegráfica do Mato Grosso ao Amazonas pela Comissão Rondon, que segue, *grosso modo*, o traçado do rio Jamari até Santo Antônio do Rio Madeira e Porto Velho (às margens do rio Madeira) e que abrirá caminho para a futura rodovia BR-364 (iniciada em 1960, consolidada em 1966 e asfaltada em 1987). No sul e no sudoeste se chocavam com os Karipuna – seus tradicionais inimigos (Hugo, 1961) – e sofriam os ataques dos Uru-Eu-Uau-Uau, que os Karitiana mencionam como seus mais temíveis adversários. Do norte vinham pressões colonizadoras desde pelo menos o século XVII (Hugo, 1959, v. I), pois os portugueses frequentavam os vales do Guaporé (oriundos do Mato Grosso) e do alto Madeira (provenientes de Belém). Não há, contudo, registros de contatos com os Tupi-Arikém, embora tenha havido a instalação de alguns núcleos populacionais na região. A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) nas primeiras décadas do século XX também traz milhares de colonizadores para a região ao norte do território tradicional karitiana, mas na trágica história da obra tampouco há registros escritos sobre o grupo. As frentes de penetração pelo norte atingem em cheio os Karitiana, de fato, somente após sua fixação no alto rio das Garças – território que ocupam atualmente –, no final dos anos de 1960.

A abertura da estrada que dá acesso ao sítio da aldeia Kyōwã representou um enorme impacto na vida dos Karitiana. Esse povo tem uma teoria etiológica na qual diversas enfermidades procedem de eventos etéreos: espíritos malignos que habitam rede-

<sup>4</sup> Os Karitiana se autodenominam simplesmente *Yjxa*, ‘nós’, pronome de primeira pessoal no plural. Eles dizem que o etnônimo Karitiana foi atribuído a eles por seringueiros.

Mapa I - Os Karitiana no cenário regional (sécs. XIX-XXI)



moinhos de vento ou estão “no ar” – o primeiro céu (*myhint pampi*) da cosmografia karitiana<sup>5</sup> – e que ao “encostarem” nas pessoas provocam doença; odores nauseabundos associados aos espíritos dos mortos, ao “cheiro do sangue” (*ge opira*) e à podridão em geral, e, principalmente, a *fumaça*, sobretudo aquela produzida pelos artefatos introduzidos após o contato com os brancos: fósforos, cigarros, motores de veículos, motosserras, geradores e outras máquinas, além das atividades urbanas, como indústrias e a mineração (garimpo). É a fumaça produzida em enormes quantidades pelos brancos que se atribuem muitas das doenças trazidas após o contato, inclusive as de caráter epidêmico: “doença tem veneno, e está no ar” (cf. Vander Velden, 2006). Significativamente, a abertura da estrada ligando a cidade de Porto Velho à aldeia karitiana abriu caminho para a passagem da fumaça lá produzida, que viaja ao sabor das correntes de ar: ao desembocar em Kyōwã, a estrada cria o acesso não só para os homens brancos, mas também para seus vapores e odores deletérios. Esse único trajeto entre dois mundos inaugura a radicalização da história de degeneração dos corpos indígenas, na forma de uma *memória corporal* (Gow, 1991): os Karitiana defendem

que, no passado (no *tempo antigamente*), seus corpos eram altos, fortes, duros e incansáveis (pois estavam protegidos pelo isolamento criado pela floresta); hoje, porém, muito em função dos efeitos da fumaça dos instrumentos dos brancos (mas também dos novos alimentos introduzidos, como o sal, o açúcar, as bebidas alcoólicas e a carne de animais domesticados; ver Vander Velden, 2008), dizem que estão mais baixos, fracos, alquebrados e completamente à mercê das ameaças representadas pelos espíritos das doenças. A estrada destruiu a barreira formada pela mata, e todo um universo novo – de novos seres, mercadorias, artefatos, cheiros e doenças (*kida oti sara*, “doença brava” ou “doença de branco”) – vem atingindo os Karitiana.

O norte, portanto, é ponto de origem de um novo tempo da história karitiana, marcado por relações mais intensas e permanentes com os brancos e pelos sofrimentos trazidos pelas mazelas do contato. Não é fortuito, portanto, que a origem de todo esse processo de *degeneração* dos Karitiana – sua vida social, seu universo cultural e seus corpos, como eles mesmos concebem (“sangue ficou rui, ficou fraco”, dizem) – esteja situada ao norte: Porto Velho, aglo-

<sup>5</sup> Como muitos povos amazônicos, os Karitiana concebem o universo dividido em camadas: duas subterrâneas, e formadas de água; *ejepi*, a superfície do mundo habitado pelos humanos e demais viventes; e três camadas celestes.

merado urbano de grande porte que exerce sobre o grupo, ao mesmo tempo, fascínio e repulsa; sede da Funai e de outras instituições de apoio aos índios, depósito de mercadorias, cargos públicos, dinheiro, poderes e oportunidades que os Karitiana almejam, mas também temem, conhecendo os profundos impactos causados pelo aparecimento dos brancos. No mesmo norte estão, ainda, as principais rotas de penetração em seu território: antes de 1960 o rio Madeira e a EFMM e, após a década de 1960, a BR-364. Documentos da Funai mencionam grupos de índios Karitiana nas margens da ferrovia vendendo artesanato e sofrendo com os “contatos indiscriminados com a sociedade nacional”, que “deixava-os à mercê de exploradores e de doenças” (Monteiro, 1984, p. 9).

Nos dias de hoje, essa orientação territorial experimentalizada pelos Karitiana desde os contatos iniciais – e, mais intensamente, após sua instalação às margens do igarapé Sapoti, tributário do rio das Garças – continua definindo, em boa medida, suas decisões políticas quanto ao território e os seus movimentos no interior dele. O norte permanece como flanco mais vulnerável: rota de acesso privilegiada dos brancos, de seus bens e de sua influência (incluindo-se, hoje, não apenas a entrada destes, mas também a saída dos Karitiana em direção aos núcleos urbanos, cada vez mais frequente, intensa e duradoura), substantiva porção do limite setentrional da terra indígena está ocupada por enormes propriedades rurais. No norte estava também localizado o garimpo denominado Maria Conga, uma riquíssima área de exploração de cassiterita e ouro, que os Karitiana fecharam, ao que parece, no final dos anos 80 ou início dos 90 (Moser, 1993, p. 55-56).<sup>6</sup>

Sul e leste continuam pouco atraentes e mesmo perigosos. Das duas direções, atualmente, vêm notícias de invasões da área indígena por garimpeiros e mesmo traficantes de drogas e ladrões de veículos, que utilizam uma ampla e crescente rede de estradas vicinais que crescem a partir do vizinho município de Buritis e se espalham pelos vales dos rios Branco e Caracol. Em 2006, os Karitiana capturaram um pequeno grupo de garimpeiros que faziam prospecções (em busca de ouro e diamantes) na região do rio Caracol, no sudoeste da terra indígena, e as coisas só não se complicaram graças à interferência da Funai e

da Polícia Federal. Mesmo sendo o limite meridional do seu território coberto por uma área de preservação ambiental, a Floresta Nacional (Flona) do Bom Futuro – que incide sobre cerca de 35 mil hectares das porções sul e leste da terra indígena –, a região é pouco frequentada pelos índios: diz-se que o local é morada do Mapinguari (*Kida so'emo*, “bicho de cara preta”, ou Owojo, “comedor de gente”), uma monstruosa criatura (*kida*, “bicho”), que devora seres humanos e habita uma caverna cheia de enormes morcegos hematófagos (*okokôj*). Apenas caçadores corajosos e grupos de vigilância e inspeção das fronteiras da área aventuram-se, vez por outra, por essas paragens.

O leste da terra indígena demarcada é um caso à parte. Coberto também, em grande parte, pela Flona do Bom Futuro, o nascente é, e sempre foi, reivindicado pelos Karitiana como seu território tradicional, que perderam após a mudança para o alto rio das Garças, para o território Juari. O leste – o vale do rio Candeias – é onde Moraes estabeleceu os primeiros contatos amigáveis com os brancos e também onde veio a falecer. Além disso, a maioria dos Karitiana ainda vivos (e aqui falo apenas dos que se identificam e são identificados como Karitiana) nasceu naquela região. De modo significativo, a região é repleta de vestígios arqueológicos, sejam ruínas de antigas malocas (aldeias) abandonadas (que a população regional considera lugares mal-assombrados),<sup>7</sup> seja uma infinidade de cacos de cerâmica, que os Karitiana – sinalizando, obviamente, a apropriação desses fragmentos e, por conseguinte, das terras onde são encontrados – consideram como a derradeira transformação dos *psam'em ppyt*, uma das almas/espíritos liberados após a morte.<sup>8</sup> Ao leste da aldeia Kyôwã está também a Serra Moraes – assim denominada por causa do grande líder do *era tempo* –, local de grande importância histórica e simbólica para o grupo e área muito cobijada – por índios e não índios igualmente –, porque se diz conter enormes jazidas de cassiterita, ouro e diamantes.

O leste, portanto, era um ponto cardeal a almejar. O desejo foi, então, realizado, com a reocupação da área do rio Candeias no ano de 2003. Este é o evento que passamos a analisar, destacando suas implicações sociocosmológicas e territoriais.

**6** Cumprir assinalar que mais um perigo ameaça vir do norte: as consequências da construção das UHEs de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira. Os Karitiana não conseguem avaliar as modificações regionais que serão possivelmente ocasionadas pelas gigantescas obras, mas já foram informados, por exemplo, de que seu território precisará ganhar vigilância reforçada em função do grande número de pessoas que deverá ser atraído para a área, podendo colocar em risco a segurança das fronteiras.

**7** O que é muito interessante, posto que os Karitiana usavam abandonar, antigamente, as malocas onde ocorriam mortes, especialmente de pessoas importantes: diz-se que o espírito do falecido permanecia no lugar, mexendo nas coisas, fazendo barulho e assustando os vivos, que desejava levar com ele para aplacar a saudade dos parentes.

**8** Para os Karitiana, a pessoa tem quatro almas (ou espíritos, ou sombras), que se espalham em direções diferentes no momento da morte, seguindo destinos distintos no além-túmulo (ver Vander Velden, 2007).

## Contraterritorializações: volta para o leste, reconquista do norte

No ano de 2004, o pajé Cizino Dantas Moraes Karitiana, pressionado por disputas políticas com outras importantes lideranças políticas de Kyōwã, decidiu, finalmente, empreender a retomada do leste, do território tradicional do rio Candeias, local onde ele e a maioria dos Karitiana com mais de 40 anos de idade nasceram. Cizino e um grupo de seguidores rumaram para o nascente pelo meio da mata – segundo os Karitiana, sempre houve uma trilha ligando a aldeia de Kyōwã às margens do Candeias –, atravessaram a Serra Moraes – saindo, portanto, dos limites da terra indígena – e estabeleceram-se próximo à cachoeira de São Sebastião (já em terras do município de Candeias do Jamari-RO). Ali, cruzando para a margem direita do rio, o grupo desmatou uma área e levantou uma imponente maloca – *ambi atana* (“casa redonda”) –, no estilo das casas tradicionais que há muito tinham deixado de serem construídas.

Ainda que todos que viviam na aldeia Kyōwã tenham apoiado a iniciativa e louvado a retomada da área – afinal, tratava-se tão-somente da reocupação do território que legitimamente pertencia aos Karitiana –, é preciso salientar que as razões que conduziram Cizino a abandonar a aldeia central também eram tributárias de uma grave oposição faccional que cinde o grupo e que se tingia de cores religiosas. Efetivamente, os Karitiana estão submetidos à influência evangelizadora desde o início dos anos de 1970, quando o casal de missionários-linguistas David e Rachel Landin – ligados ao Summer Institute of Linguistics (SIL) e à Igreja Batista da Filadélfia – fixou residência na aldeia central. O casal permaneceu entre os Karitiana até 1978 e, já na década seguinte, aparecem as primeiras igrejas fundadas e conduzidas pelos próprios índios, a partir dos textos do Novo Testamento traduzidos pelos Landin (Manso, 2001). Atualmente, há três igrejas em Kyōwã – uma Assembleia de Deus e duas batistas –, supervisionadas por pastores indígenas, com cultos celebrados na língua indígena e que congregam mais da metade da população.<sup>9</sup>

Cizino e o grupo ligado a ele – especialmente seus irmãos e genros –, contudo, não foram sensíveis ao apelo do Evangelho e continuaram a seguir o que chamam de *cultura tradicional*, cujo ponto sensível são as práticas xamânicas do pajé. Desse modo, esse grupo não vinculado a nenhuma das igrejas da aldeia é chamado de “povo do pajé”, em oposição ao “povo do pastor” ou “crentes”. Ambos os grupos mantêm uma convivência razoavelmente pacífica no cotidiano

e, na vida ritual, assim como nos universos míticos, manifestam apenas divergências mínimas. Claro está, como se pode prever, que há diferenças mais gritantes nas condutas pessoais, sobretudo naquelas relativas às festas e à música, ao consumo de álcool e tabaco, ao modo de trajar e ao comportamento quando na cidade ou na presença dos brancos (ver Moser, 1993; Manso, 2001; Storto & Vander Velden, 2005).

O fato é que lideranças emergentes na aldeia, eclipsadas pelo papel preponderante assumido por Cizino na condução das relações entre os Karitiana e os brancos desde pelo menos os anos de 1980, passaram a enfatizar a conversão religiosa como pedra de toque das relações políticas aldeãs. Desse modo, passaram a manifestar forte oposição às práticas xamânicas – o que seria de esperar em se tratando de religião – e, assim, confrontaram diretamente Cizino e seus seguidores. Não creio, portanto, que a religião esteja na raiz do conflito político que opôs o pajé a um conjunto de líderes *crentes*, mas esta foi a linguagem empregada para tornar público o embate entre uma liderança com crescente influência e prestígio e outros focos de poder que despontavam na comunidade após a saída dos missionários do SIL. A radicalização desse confronto levou Cizino – além, é claro, do desejo de reaver as terras onde nasceram ele e boa parte do grupo e onde morrera seu pai, Antônio Moraes – a reocupar as margens do médio rio Candeias.

O processo de territorialização a que estiveram submetidos os Karitiana a partir de meados do século XIX – e, com mais intensidade, depois dos anos de 1960 – começou, portanto, a se desintegrar primeiro com a fissão da comunidade em duas facções rivais, expressando-se em termos religiosos. Seguiram-se, então, a saída de parte da comunidade – o “povo do pajé” – da aldeia central e a reocupação de uma área fora da demarcação oficial, forçando a Funai a atender à reivindicação pela retomada do território tradicional desprezado pelos trabalhos de delimitação da terra indígena. Em 2003, a Funai – por meio da Portaria 361, de 7 de maio – criou um grupo de trabalho encarregado de realizar os estudos para a revisão dos limites da terra e sua ampliação em 30 mil hectares (85% no limite leste e 15% no nordeste), o que levaria à inclusão definitiva da zona do rio Candeias recém-ocupada pelo grupo de Cizino (Funai, 2003). Por uma série de razões que não cabe explicitar aqui, o grupo de trabalho foi desfeito sem concretizar seus objetivos; ato contínuo, fazendeiros locais queimaram a maloca, espalhando o medo entre os Karitiana. Medo que, todavia, não foi suficiente para sepultar o projeto de reocupação da área, pois Cizino comandou a reconstrução da maloca que, sob proteção da

<sup>9</sup> Não tenho dados quantitativos, mas minha percepção geral – fundada na observação do cenário local em três momentos distintos num período de sete anos – é de que o número de fiéis dessas três igrejas vem aumentando, em detrimento daqueles Karitiana ligados ao pajé.

Funai regional, permanece lá até os dias de hoje e vem conquistando paulatinamente uma melhor estrutura. Infelizmente, até o final de 2009, os limites da terra indígena ainda não haviam sido oficialmente revistos.

A tenacidade de Cizino em manter sua base no rio Candeias tem um motivo singular, como pude acompanhar durante minha pesquisa de campo nos meses de maio, junho e julho de 2003. Naquela ocasião, o grupo que acompanhava o pajé acabava de se estabelecer na aldeia nova do rio Candeias, para grande prazer de muitos moradores da aldeia central. Entretanto, melhor seria falar em *entusiasmo*: durante os contatos via rádio entre as duas aldeias – sempre na língua nativa e correndo por fora dos horários de transmissão que conectavam as estações nas aldeias com a central em Porto Velho –, os moradores da aldeia nova contavam com evidente contentamento – e os residentes em Kyōwã estavam ansiosos por saber – sobre a abundância na qual viviam ali: as terras eram férteis e estavam respondendo muito bem às primeiras atividades agrícolas; havia muitas frutas recolhidas nas matas; a pesca era farta e os peixes do Candeias, enormes; a caça muito abundante, rápidas incursões pela mata produziam matanças fartas de pacas, porcos-do-mato e principalmente macacos, a carne mais apreciada pelos Karitiana. Tudo isso complementava a beleza do local, além da clara satisfação em voltar a habitar um território que haviam perdido há décadas e pelo qual ansiavam pelo mesmo tempo: o tempo todo, os indivíduos mais velhos em Kyōwã relembavam a vida por lá quando eram crianças, os locais em que viveram, nomes de velhas aldeias, locais de morte e enterro de parentes.

A aldeia do rio Candeias era, então, e em múltiplos sentidos, um retorno ao passado. A reocupação do antigo território converteu-se em uma espécie de *movimento entusiástico* (Butt Colson, 1994-1996)<sup>10</sup> conduzido por Cizino, e a mudança de espaço foi também, de acordo com os discursos que ouvi entre os Karitiana, uma mudança de tempo, algo como um retorno ao passado, ao *tempo antigamente*, no qual os Karitiana viviam na abundância de terras e fartura de caça, pesca e terras agricultáveis. Não foi fortuito que Cizino tenha dirigido, na aldeia nova, a construção de uma *ambi atana*: de acordo com os relatos dos salesianos no final dos anos 50 (Hugo, v. 1, 1959) e de um missionário ligado ao SIL no final dos anos

60 (Landin, 1989, p. 7-8), o grupo de Moraes, então nas margens do Candeias, ainda vivia em aldeia constituída por apenas uma maloca que abrigava toda a comunidade local. Mais do que isso, Cizino deu uma resposta aos crentes, que em Kyōwã já haviam levantado duas *ambi atana* que funcionavam como templos das igrejas Batista e Assembleia de Deus: de modo significativo, os Karitiana crentes, em suas narrativas míticas, defendiam (e ainda o fazem) que originalmente os Karitiana eram cristãos, condição perdida em algum momento do *tempo antigamente*, mas que a evangelização trazida a partir dos anos 70 permitiu retomar (ver Vander Velden, 2008). Cizino, recusando essa leitura histórica dos *crentes*, quis demonstrar que, pelo menos de sua perspectiva, a religião tradicional estaria em outro lugar.

A natureza *entusiástica* da reocupação do Candeias apoia-se, ainda, em dois outros elementos significativos: a denominação da aldeia e o projeto de vida que o pajé elaborou para a nova comunidade. Sobre o primeiro ponto, registro que Cizino decidiu nomear a aldeia nova de Byjyty ot'soop'waky, literalmente “os cabelos de Byjyty”. Trata-se de uma referência explícita ao mito de origem dos Karitiana, em que *Byjyty* – um demiurgo do *tempo antigamente*, neto de Botyj, o grande criador do universo<sup>11</sup> – dá origem aos Karitiana cortando seus cabelos e depositando tufo dele em pequenos cestinhos de palha, que são depois espalhados pelo território dos vales dos rios Candeias, Jamari e Branco; desses cabelos emergem os Karitiana. Podemos perceber, então, que, ao denominar assim a aldeia nova que abriu na margem do Candeias, Cizino estava como que refundando os Karitiana, traçando, com isso, uma poderosa linha divisória entre seu grupo – o “povo do pajé” – e os *crentes*, que doravante assumiram o controle político de Kyōwã. A fundação de Byjyty ot'soop'waky foi como um retorno no tempo, ao evento mítico pretérito de constituição do povo Karitiana. Cizino, assim, desafiava cosmologicamente a unidade desse mesmo povo.

Esse retorno aos tempos míticos de origem foi marcado também, positivamente, pela decisão de Cizino em fazer seus seguidores adotarem, na nova aldeia, formas de vida e práticas sociais abandonadas hoje em dia, mas que fariam os Karitiana voltarem a viver “como no tempo antigamente”. Destarte, Cizino dizia que “coisa de branco não vai ter na aldeia nova”, com isso se referindo ao desejo de deixar de

<sup>10</sup> Audrey Butt Colson (1994-1996), ao se referir a períodos de efervescência ritual, prefere falar em *movimentos entusiásticos*, evitando termos como milenarismo e messianismo, por demais carregados de conteúdos cristãos. Claro está que o deslocamento conduzido por Cizino difere dos grandes movimentos dessa natureza registrados nas terras baixas sul-americanas em vários momentos e contextos; mas se o ritual esteve ausente, o conteúdo de *renovação* e o próprio *entusiasmo* se faziam muito presentes.

<sup>11</sup> Como neto de Botyj, Byjyty (*byjy* = chefe; *ty* = grande) é estruturalmente idêntico ao seu avô, porque na onomástica karitiana os nomes são transmitidos entre gerações alternas (FF para SS), e um avô costuma dizer que seu neto é seu “eu novo” ou “eu renovado”. Os Karitiana associam explicitamente Botyj e Byjyty.

utilizar armas de fogo, roupas, eletrodomésticos, veículos, e mesmo cachorros (já que foram os brancos que introduziram todos esses bens); de voltar a andar nus e de falarem apenas a língua karitiana. Uma vez recriados os Karitiana – por meio da recordação do ato fundante dos cabelos de Byyjyty – estes deveriam remodelar seu cotidiano conforme viviam no *tempo antigamente*, desprezando tudo aquilo que os brancos trouxeram com o contato – incluindo, obviamente, a religião e as igrejas.

O desejo reformista – ou refundacionista – de Cizino e dos seus não durou muito. Rapidamente o grupo percebeu que o longo tempo de convívio com os brancos e suas coisas já tornara estas últimas indispensáveis: como voltar a caçar com arcos e flechas se poucos homens ainda sabiam manejá-los? Como andar nus se a aldeia era a todo momento visitada por homens brancos? Como desprezar os cachorros, auxiliares valiosíssimos na perseguição das presas? Como viver sem dinheiro em um mundo em que tudo gira em torno dele? O caminho em direção ao “tornar-se branco” já fora longamente trilhado (cf. Vander Velden, 2008). Não obstante, a mudança do pessoal do pajé e seus desdobramentos sociocosmológicos e históricos assinalaram o início desse processo que denomino de *contraterritorialização*, não só pela recusa ao território que era (é) dos Juari, mas também pela recusa do modo de vida imposto com o contato e o encapsulamento dessa sociedade pelo mundo dos brancos. Esse processo, contudo, não parou por aí.

## Contraterritorialização: movimentos recentes

O processo de contraterritorialização dos Karitiana – nos planos geográfico e étnico – aprofundou-se recentemente, em 2008. A mais nova das aldeias karitiana não é, pelo menos no discurso de parte dos índios, Karitiana. Trata-se da aldeia Juari, criada por iniciativa de Antenor, uma importante e conhecida liderança karitiana, ex-coordenador da extinta Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (Cunpir), uma ONG de alcance regional. Em julho de 2008, Antenor conduziu o povo Juari – que ele afirma serem algo em torno de cem pessoas – na reocupação de um território considerado tradicional para o grupo, uma antiga aldeia chamada Myniwin, no igarapé Preto. Segundo Antenor, os Juari reivin-

dicavam esse território, situado na fronteira norte da área indígena – local onde está instalada uma fazenda de gado –, desde 1996 (CIMI-RO, 2008). Segundo Antônio Paulo, trata-se da região do igarapé Preto (*E'se emo*), local em que antigamente residia seu pai, de grande significado histórico e simbólico para o grupo, e onde os índios pescam e caçam com razoável frequência.

A nova aldeia Juari, portanto, redesenha uma divisão que os Karitiana, como um único povo, teriam apagado com o reencontro entre os dois grupos na primeira metade do século XX. Tudo leva a crer, então, que a divisão permaneceu latente – aparecendo por vezes, aqui e ali, nos mexericos das pessoas – até 2008, quando foi erguida como nova bandeira a conduzir o grupo na reocupação de antigas porções do território tradicional. Não quero especular sobre as razões políticas, individuais ou coletivas, envolvidas nesse processo. Contudo, pelo que pude observar durante minha pesquisa de campo em 2009, a divisão Karitiana-Juari não parece ter mobilizado a maior parte dos indivíduos e grupos familiares, nem mesmo os que se identificam, e são identificados, como Juari: apenas umas 20 pessoas, de quatro grupos domésticos, trabalham efetivamente na consolidação da aldeia, embora ainda passem a maior parte do seu tempo em Porto Velho, uma vez que as estruturas em Myniwin ainda são precárias. Desse modo, os Karitiana continuam atuando como um grupo coeso, e tanto no cotidiano dos índios quanto no cenário local mais amplo o nome Juari não parece surtir grande efeito.<sup>12</sup>

No entanto, os discursos acionados por Antenor e seu pequeno grupo de seguidores espelham, em dimensão reduzida, aqueles produzidos por Cizino quando da retomada do Candeias cinco anos antes. Quando estive entre os Karitiana em 2009, era comum os índios fazerem referência entusiasmada à abundância de caça e peixes na área reocupada do igarapé Preto, e vários deles – capitaneados por Antenor – iam com alguma frequência à área para caçar e pescar, retornando à Casa do Índio (anexo residencial mantido pela Funai em Porto Velho) com quantidades expressivas de carne, despertando a admiração dos ali presentes. O próprio Antenor tem feito abundante registro fotográfico dos peixes e animais abatidos na nova aldeia, como forma não só de documentar o processo de ocupação da área, mas também de louvar a riqueza e as potencialidades do lugar. Em certo sentido, portanto, a aldeia dos Juari é também um retorno ao passado. Note-se, apenas, que se trata de uma zona situada no mesmo vale do rio das Garças e, então, território inequivocamente Juari.

<sup>12</sup> Penso que, talvez, este seja mais o discurso dos funcionários da Funai local, que não parecem ainda saber muito bem o que fazer com as solicitações dos Juari. Desconfiam, sobretudo, das intenções do principal líder desse movimento e de suas relações com vários pecuaristas que ocupam o norte da terra indígena.

Serão os Karitiana divididos, mais uma vez, em Karitiana e Juari, retomando a separação ocorrida no passado, superada apenas após o encontro dos dois grupos no alto rio das Garças? Talvez, mas é impossível dizer para onde esses movimentos recentes vão conduzir o grupo – isso seria fazer (má) sociologia do futuro, o que Durkheim já alertava ser tarefa inútil. O fato, contudo, é que pelo menos parte da população que se identifica como Juari manifestou explicitamente seu descontentamento com as condições sociais (e com a condução da política) prevalentes em Kyôwã, com isso recuperando a antiga divisão do grupo que ficou conhecido na literatura como Karitiana, cuja fissão manteve-se contida, por razões variadas, por mais de meio século. É bem provável que os diversos movimentos de reivindicação e retomada de territórios por parte de diferentes povos indígenas pelo Brasil – que sinalizam um momento novo na história das relações entre as populações nativas e o Estado nacional, e isso incluindo a iniciativa do pajé Cizino em 2003 – tenham encorajado os Juari a apostarem na sua diferença e a requisitarem um espaço próprio, só seu.

O processo de contraterritorialização movido pelos Karitiana nos primeiros anos do novo milênio, que tinha natureza geográfica e religiosa com o movimento de Cizino, assumiu contornos *étnicos* a partir de 2008, com o encaminhamento proposto por Antenor e as famílias a ele aliadas. O retorno ao passado – expresso na ocupação de antigas áreas deixadas de fora do processo discricionário da Terra Indígena Karitiana – revela-se também no plano étnico, pois está a se recompor a antiga divisão entre os antigos Karitiana e seus parentes distantes, iguais, mas diferentes, os Juari, que guardaram, durante décadas, a memória de sua especificidade, soterrada sob o processo de territorialização que agora insistem em superar.

## Referências

ALBERT, Bruce. A fumaça do metal: história e representação do contato entre os Yanomami. *Anuário Antropológico*, v. 89, p. 151-189, 1992.  
BUTT COLSON, Audrey. "God's folk": the evangelization of Amerindians in Western Guiana and the enthusiastic movement of 1765. *Antropológica*, n. 86, 1994-1996.  
CIMI-RO. Povo Juari retoma seu território em Rondônia. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=3355>, 2008. Acesso em: 13 set. 2009.  
FUNAI. Limites da T. I. Karitiana serão ampliados em 30 mil hectares. Disponível em: [www.funai.gov.br/ultimas/noticias/1\\_semestre\\_2003/junho/un0624.htm#002](http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/1_semestre_2003/junho/un0624.htm#002). Acesso em: 19 nov. 2003.

## Nota final

Os Karitiana enterram seus mortos com a face voltada para o leste. Durante todo o tempo em que viveram no território Juari, pois, os finados olhavam para o nascente – o cemitério de Kyôwã estava localizado no limite leste da aldeia –, certamente mirando o local para onde confluíam os desejos dos vivos; ademais, dirigiram-se para lá, pois na direção do sol está o caminho das almas, que as conduzem ao criador, Botyj, que os Karitiana chamam de Deus. A reocupação da área do rio Candeias é a reconquista de um espaço, mas também de um tempo, perdidos. Espaço e tempo que os Juari também buscam alcançar, ao se apropriarem novamente não apenas de parte de seu território ancestral, mas também de sua etnicidade encoberta desde a fusão com os Karitiana e a perpetuação desta última designação.

Processos de territorialização necessitam ser estudados em sua dupla face: de um lado, o conjunto de atos emanados dos poderes – oficiais ou extraoficiais – da sociedade envolvente que produzem efeitos sobre a organização espacial, histórica, política e étnica dos povos nativos; de outro, os modos culturalmente diferenciados através dos quais esses povos compreendem os rumos desses processos, bem como interferem sobre eles e, muitas vezes, guiam seu direcionamento com graus variáveis de sucesso. Nesses movimentos de contraterritorialização, fica patente que a capacidade do Estado e da sociedade nacional está, em numerosos casos, muito aquém dos projetos concebidos e atualizados pelas sociedades indígenas e deve, de algum modo, acomodá-los.

GOW, Peter. *Of mixed blood: kinship and history in Peruvian Amazônia*. Oxford: Clarendon Press, 1991.  
HUGO, Victor. *Desbravadores*. Humaitá: Edições da Missão Salesiana de Humaitá, 1959, v. I e II.  
HUGO, Victor. I Caritiana. *Anthropos*, v. 56, p. 278-280, 1961.  
KIETZMAN, Dale. Indians and culture areas of twentieth century Brazil. In: HOPPER, J. (Ed.). *Indians of Brazil in the twentieth century*. Washington: Institute for Cross-Cultural Research, 1967  
LANDIN, Rachel. *Kinship and naming among the Karitiana of Northwestern Brazil*. Arlington. Master Thesis (Anthropology) – University of Texas, 1989.

- LÚCIO, Carlos Frederico. Heróis civilizadores, demiurgos sociais: algumas considerações sobre genealogia, mito e história entre os Karitiana (tupi-ariqueme). *Mosaico – Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 39-67, 1998.
- MANSO, Laura Vicuña. *De Botÿj a Cristo: interferência da Igreja Batista no povo Karitiana*. 2001. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Politécnica Salesiana, Manaus, 2001.
- MEIRELES, Denise Maldí. *Populações indígenas e a ocupação histórica de Rondônia*. 1984. Monografia (História) – UFMT, Cuiabá, 1984.
- MENDONÇA DE SOUZA, Sheila. Deformação craniana entre os índios Karitiana: análise de fotos de arquivo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Antropologia*, v. 10, n. 1, p. 43-56, 1994.
- MONTEIRO, Maria E. Brêa. *Relatório sobre os índios Karitiana – Estado de Rondônia*. Rio de Janeiro: Sedoc-Funai, 1984.
- MOSER, Lilian. *Os Karitiana e a colonização recente em Rondônia*. 1993. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 1993.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998b.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados?’ Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998a.
- PINHEIRO, Manoel Teophilo da C. Exploração do rio Jacy-Paraná. *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas*, publicação n. 5, anexo 2. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910.
- RONDON, Cândido M. da Silva. *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas*. Relatório apresentado à Directoria Geral dos Trabalhadores e à Divisão de Engenharia (G.S.) do Departamento de Guerra, v. 1: Estudos e Reconhecimento. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1907.
- RONDON, Cândido M. da Silva. Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e São Paulo. *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas*, publicação n. 68. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1922.
- SALOMON, Marlon; SILVA, Joana F.; ROCHA, Leandro M. (Orgs.). *Processos de territorialização: entre a história e a antropologia*. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.
- STORTO, Luciana; VANDER VELDEN, Felipe. Karitiana. *Enciclopédia virtual povos indígenas no Brasil*. São Paulo: Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karitiana/385>>. 2005.
- VANDER VELDEN, Felipe. Circuitos de sangue: corpo, pessoa e sociabilidade entre os Karitiana. *Habitus*, v. 5, n. 2, p. 275-299, 2007.
- VANDER VELDEN, Felipe. O cheiro doentio do contato: doença e história entre os Karitiana”. In: 25ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2006, Goiânia. *Anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília: ABA/UFG/UCG, 2006.
- VANDER VELDEN, Felipe. O gosto dos outros: o sal e a transformação dos corpos entre os Karitiana no sudoeste da Amazônia. *Temáticas*, v. 16, n. 31-32, p. 13-49, 2008.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-1995*, v. 1. Antropologia. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs/Capes, 1999.

## ***Back to the past: territorialization and 'counter-territorialization' on Karitiana history***

### **Abstract**

This article analyses two movements on Karitiana – a Tupi-Arikém-speaking group in Rondonia state, northwestern Brazil – history. First, the process of territorialization that subjugated that group and drove their geographical location and ethnic identification since first decades of XX<sup>th</sup> century; following this, the paper explores movements of 'counter-territorialization' that, in recent times, has led the Karitiana to challenge their forced spatialization and identification by territorial recapturing that are also a time recovering, a back to a glorious past ruined by the emergence of whitemen.

**Key words:** territorialization, geography, history, Rondônia, Karitiana indians.

## ***Volver ao pasado: territorialización y 'contra-territorialización' en la historia Karitiana***

### **Resumen**

Este artículo examina dos movimientos en la historia Karitiana, un grupo indígena de lengua Tupi-Arikém ubicado en lo estado de Rondônia, norte de Brasil: primero, el proceso de territorialización que ha sometido el grupo y determinado su ubicación geográfica e identificación étnica desde el inicio del siglo XX; entonces, explora los movimientos de 'contra-territorialización' que, en la última década, conduce los Karitiana a una contestación de su espacialización y identificación obligatorias, via reocupación de territorios que son, también, reapropiaciones del tiempo, de un pasado glorioso destruído por los blancos ao qual se intenta volver.

**Palabras-clave:** territorialización, geografía, história, Rondônia, indios Karitiana.

Data de recebimento do artigo: 4/12/2009

Data de aprovação do artigo: 26/4/2010